



Ministério das Comunicações Agência Nacional de Telecomunicações

Concurso Público
Nível Superior

Aplicação: 19/11/2006

**CARGO: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE
TELECOMUNICAÇÕES**

CURSO DE FORMAÇÃO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém oitenta itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 80.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (Datas Prováveis)

- I **19/11/2006**, após as 13 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva do curso de formação: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.
- II **20 e 21/11/2006** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **8/12/2006** – Resultados finais do curso de formação e do concurso: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2006 – ANATEL, de 11/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE UnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizada, a sigla ANATEL referir-se-á, dependendo do contexto, à Agência Nacional de Telecomunicações.
- Os itens devem ser julgados exclusivamente com base nas respectivas apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

PROVA OBJETIVA

Acerca da estrutura organizacional da ANATEL, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com a Lei Geral de Telecomunicações, é competência do Ministério das Comunicações a aprovação do Regimento Interno da ANATEL.
- 2 Algumas das superintendências que compõem a estrutura organizacional da ANATEL são: Superintendência de Serviços Públicos, Superintendência de Serviços de Radiodifusão e Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização.
- 3 O órgão máximo da ANATEL é o Conselho Diretor, que é composto por cinco conselheiros, entre os quais um é nomeado presidente da agência.
- 4 Os instrumentos deliberativos da ANATEL são de cinco tipos, a saber: resolução, súmula, aresto, despacho e consulta pública.
- 5 A ANATEL tem um ouvidor nomeado pelo presidente da República. A esse ouvidor compete produzir, semestralmente ou quando oportuno, apreciações críticas sobre a atuação da agência, que são de conhecimento geral.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos procedimentos administrativos estabelecidos no Regimento Interno da ANATEL.

- 6 É impedido de atuar em procedimento administrativo o agente ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- 7 Durante a instrução dos procedimentos administrativos, em nenhuma hipótese poderá ser concedida vista dos autos às partes mediante solicitação informal. A vista dos autos somente será permitida no prazo concedido para manifestação ou interposição de recursos.
- 8 A audiência pública tem por finalidade submeter minuta de ato normativo a comentários e sugestões do público em geral.
- 9 O chamamento público é o procedimento destinado a verificar a situação de inexigibilidade de licitação e a apurar o número de interessados na exploração de serviço ou uso de radiofrequências.

Acerca das competências da ANATEL, julgue os itens que se seguem.

- 10 Duas das competências da ANATEL são gerenciar o uso do espectro de radiofrequências e de órbitas de satélites e elaborar e atualizar as normas relativas à prestação dos serviços de telecomunicações.
- 11 Não compete à ANATEL representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações. Isso compete exclusivamente ao Ministério das Comunicações.

No que se refere a marcos e aspectos históricos da evolução das telecomunicações no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 12 As Constituições de 1946 e 1967 estabeleciam que a exploração dos serviços de telecomunicações, de forma direta ou mediante outorga, era competência da União, dos estados e dos municípios. Isso só foi alterado pela Constituição de 1988, que restringiu tal competência exclusivamente à União.
- 13 O monopólio estatal das telecomunicações que existiu no passado apresentou vários problemas. Dois deles são a ambigüidade na atuação do Estado como empresário e como regulador e uma certa acomodação do setor em função da inexistência de competição.
- 14 A quebra do monopólio estatal nas telecomunicações públicas no Brasil somente foi permitida após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 8 de 1995, que eliminou a exclusividade da concessão para exploração dos serviços a empresas sob controle acionário estatal.
- 15 O Ministério das Comunicações teve, desde sua criação, a função de formular as políticas públicas de telecomunicações e desenvolver os processos de outorga de radiodifusão. Contudo, nunca foi sua função regulamentar o setor de telecomunicações e fiscalizar os seus serviços.
- 16 A Lei Geral de Telecomunicações, editada em 1997, é a lei que dispõe sobre a atual organização dos serviços de telecomunicações no Brasil e a criação do órgão regulador das telecomunicações (isto é, da ANATEL).
- 17 Dois marcos importantes da comunicação via satélite no Brasil foram os lançamentos, nos anos 80 do século XX, dos satélites BRASILSAT-1 e BRASILSAT-2, e os lançamentos, nos anos 90, dos satélites BRASILSAT B1 e BRASILSAT B2.

Julgue os itens que se seguem, relativos à Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

- 18 A LGT dispõe sobre os serviços de telecomunicações de maneira geral e também sobre os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- 19 A LGT classifica os serviços de telecomunicações em função da abrangência dos interesses a que atendem e quanto ao regime jurídico de sua prestação. Na primeira modalidade, eles são classificados em serviços de interesse coletivo e serviços de interesse restrito; na segunda, em serviços públicos e serviços privados.
- 20 A LGT determina que apenas as operações de telecomunicações qualificadas como serviço público estão sujeitas à disciplina normativa da União e devem ser por esta fiscalizadas. As operações qualificadas como serviço privado não estão sujeitas a essa disciplina ou fiscalização.

Julgue os itens subseqüentes relativos aos serviços de telecomunicações classificados como serviços de interesse coletivo.

21 Tais serviços são destinados ao público em geral, devendo ser prestados a qualquer interessado em condições não-discriminatórias.

22 A prestação desses serviços está restrita ao regime público.

Outorga é a delegação que a União faz a uma empresa para a prestação de um serviço de telecomunicações ou para uso de radiofrequências, conforme a legislação e a regulamentação vigentes. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

23 A outorga para a prestação de um serviço de telecomunicações pode ser feita por concessão, por permissão ou por autorização.

24 Concessão é a delegação de prestação, em regime privado, de um serviço ou modalidade de serviço de telecomunicações.

25 Permissão de serviço de telecomunicações é o ato administrativo pelo qual se atribui a alguém o dever de prestar serviço de telecomunicações no regime público e em caráter transitório, até que seja normalizada a situação excepcional que a tenha ensejado.

26 Para obtenção de autorização de serviço de interesse coletivo, a empresa solicitante não pode ser encarregada de prestar a mesma modalidade de serviço na mesma região, localidade ou área a que se destina a autorização.

27 A licitação para outorga de prestação de serviço de telecomunicações e de autorização de uso de radiofrequência não é exigida quando a disputa for inviável ou desnecessária.

28 O uso de radiofrequências depende sempre de autorização prévia e específica da ANATEL, sendo outorgado por prazo determinado.

29 O Plano Geral de Outorgas dispõe sobre o serviço telefônico fixo comutado (STFC) e o serviço móvel pessoal (SMP).

30 Conforme previsto no Plano Geral de Outorgas, existe, atualmente, um limite de duas prestadoras do STFC em uma mesma área.

Com relação às atividades de monitoramento e fiscalização da ANATEL, julgue os próximos itens.

31 A prioridade do atendimento das reclamações de radiointerferência acolhidas é definida exclusivamente pela cronologia do cadastramento da reclamação no Sistema de Administração das Atividades de Fiscalização (SAAF).

32 Radiogoniometria é a atividade que possibilita que se determine a localização de uma fonte de radiação eletromagnética.

A universalização dos serviços de telecomunicações é um dos princípios fundamentais da Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

33 O Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), documento aprovado por decreto pelo presidente da República, é aplicável ao STFC e ao SMP.

34 Os recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) são oriundos da contribuição das prestadoras de serviços de telecomunicações.

35 Parte dos recursos do FUST deve ser aplicada em educação nos estabelecimentos públicos de ensino.

36 A LGT proíbe explicitamente que a União, estados e municípios destinem recursos para cobrir parcela do custo atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de prestadora de serviço de telecomunicações.

37 A lei que instituiu o FUST não inclui a implantação da telefonia rural entre as aplicações a serem apoiadas ou desenvolvidas com recursos do FUST.

Julgue os itens a seguir, relativos aos modelos de regulação de mercados.

38 No Brasil, a regulação de tarifas de interconexão e *unbundling* é baseada no modelo de custo incremental de longo prazo (LRIC).

39 Um aspecto negativo do modelo LRIC é que ele não estimula a redução de custos, fato que estimula a ineficiência estática.

40 A regulação por taxa de retorno promove o repasse de todos os ganhos de produtividade para o consumidor.

41 A regulação por taxa de retorno impede o surgimento de preços predatórios.

42 Na regulação por *price cap*, o regulador define um teto para os preços.

43 No longo prazo, a regulação por *price cap* gera preços menores que a regulação por taxa de retorno.

44 Devido à alta complexidade da regulação por *price cap*, nenhum país da América ou da Europa a adotou.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), criado em 1962, é uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, que exerce papel tutelador da prevenção e repressão de abusos de poder econômico. Julgue os itens subseqüentes relacionados com esse órgão e com a defesa da concorrência em telecomunicações.

45 O CADE é um tribunal administrativo e é a instância julgante do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

46 As decisões do CADE não comportam revisão no âmbito do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.

- 47 O CADE desempenha papel exclusivamente repressivo de práticas de abuso de poder econômico.
- 48 As empresas de telecomunicações devem submeter à apreciação do CADE todos os atos que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência, ou que possam resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços.
- 49 A ANATEL assume no setor de telecomunicações as funções atribuídas legalmente à Secretaria de Direito Econômico (SDE).
- 50 A ANATEL não pode estabelecer *a priori* restrições às empresas de telecomunicações em relação às suas possibilidades de obtenção ou transferência de concessões ou autorizações. Essa atuação preventiva é da competência do CADE.
- 51 Um dos principais benefícios da concorrência é a redução dos preços de bens e serviços, contudo, a concorrência não estimula a melhoria da qualidade dos bens e serviços e o desenvolvimento de novos produtos.
- 52 Um dos objetivos da política de concorrência é diminuir o poder das empresas, na medida em que o mesmo contrarie as condutas esperadas da concorrência no mercado.

Conforme a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), as concessionárias se referem apenas às antigas empresas públicas de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), posteriormente privatizadas. Quanto às concessionárias e aos serviços de telecomunicação, julgue os itens a seguir.

- 53 A LGT prevê que uma nova modalidade de serviço de telecomunicações sob o regime público, cujo instrumento de delegação seja um contrato de concessão, ocorrerá por resolução do Conselho Diretor da ANATEL.
- 54 As obrigações de universalização e continuidade impostas às concessionárias, bem como a obrigatoriedade de compartilhamento de redes e o estabelecimento do controle tarifário, fizeram-se presentes como contrapartida à posição privilegiada com que as concessionárias entraram no mercado pós-privatização.
- 55 A LGT admite a possibilidade de a concessionária empregar equipamentos e infra-estrutura que não lhe pertençam, bem como contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço e à implementação de projetos associados.

- 56 A alteração do controle societário da concessionária não depende de aprovação prévia da ANATEL, por tratar-se de questão relacionada ao desenvolvimento da iniciativa privada, garantido na Constituição Federal.
- 57 Competem às concessionárias a declaração de servidão e a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, competindo à ANATEL suportar o pagamento das indenizações e a implementação das medidas necessárias à instituição das servidões administrativas ou da desapropriação.

O serviço público é por essência estatal e tem como titular uma entidade pública, portanto, fica sempre sob o regime jurídico do direito público. A delegação do serviço público à iniciativa privada faz-se mediante concessão ou permissão e, no caso de certos serviços públicos, mediante autorização. Nesse sentido, julgue os itens seguintes, acerca das formas de delegação da prestação dos serviços públicos.

- 58 Conforme determina a Constituição Federal, a delegação do serviço público mediante concessão ou permissão será feita por meio de licitação.
- 59 A concessão corresponde a um contrato por meio do qual o poder público outorga ao particular a execução de um serviço público, e é exatamente na natureza contratual que se difere a concessão da permissão, posto que a permissão não se constitui um ato contratual, mas sim como um ato unilateral, discricionários e precário.

Com respeito às tarifas relativas aos serviços de telecomunicações, julgue os itens subseqüentes.

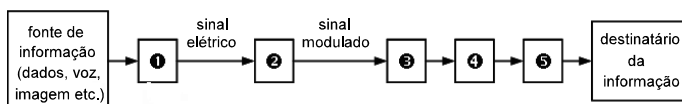
- 60 As tarifas estão sujeitas ao controle tarifário da ANATEL, pois o preço-teto é estabelecido na assinatura do contrato de concessão e fica limitada aos valores dessas tarifas.
- 61 Os mecanismos de reajuste e de revisão de tarifas serão previstos nos próprios contratos de concessão, observada a legislação específica.
- 62 Os insumos decorrentes de novo regramento de serviço pela área econômica e pelo aumento de encargos legais ou tributos, tais como o imposto de renda, enseja revisão do contrato, com conseqüente aumento da tarifa.

Quanto aos atos de intervenção do poder público na concessionária, julgue os itens que seguem.

- 63 Considere que o Poder Público, por ato da ANATEL, decretou a intervenção, por encampação, em determinada concessionária, por ter havido paralisação injustificada do serviço. Nesse caso, a agência agiu de forma equivocada, pois a tal fato não constitui hipótese de intervenção.
- 64 A LGT admite, excepcionalmente, a possibilidade de antecipação da intervenção, seguida da imediata instauração do processo administrativo.

Acerca dos sistemas de comunicação embasados em sinais elétricos, julgue os itens subsequentes.

- 65 Uma das principais vantagens da comunicação por meio de sinais elétricos é o fato de ela poder atingir grandes distâncias com velocidade extremamente alta.
- 66 O transdutor é um elemento essencial de um sistema de comunicação elétrico, pois ele é o responsável pelo transporte da informação da origem até o seu destino.
- 67 A maioria das transmissões analógicas é feita em banda básica porque assim se consegue maior robustez e, conseqüentemente, a comunicação chega a uma maior distância.
- 68 Considere que o diagrama de blocos a seguir represente um sistema de comunicação básico. Nesse diagrama, os blocos numerados podem ser corretamente identificados como: ❶ transdutor; ❷ modulador; ❸ meio de transmissão; ❹ demodulador; ❺ transdutor.



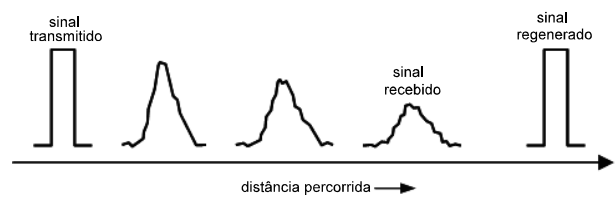
A respeito do espectro de frequência de um sinal periódico, julgue os itens a seguir.

- 69 As frequências das senóides que formam um sinal periódico — por exemplo, uma onda quadrada — são múltiplos inteiros de uma frequência específica denominada frequência fundamental.
- 70 O período de um sinal periódico é igual ao período do componente harmônico de mais alta frequência presente nesse sinal.
- 71 A separação entre as frequências de dois harmônicos consecutivos de um sinal periódico é igual ao período desse sinal.

No que refere aos sistemas de comunicação analógicos e aos sistemas de comunicação digitais, julgue os itens que se seguem.

- 72 Um sistema de comunicação digital é capaz de transportar maior quantidade de informação que um sistema de comunicação analógico, contudo, ele é mais suscetível aos efeitos danosos dos ruídos e interferências.

- 73 Uma vantagem da comunicação analógica em relação à comunicação digital é que a primeira permite que a informação seja criptografada de forma mais eficaz e, portanto, pode propiciar maior segurança à comunicação.
- 74 Em um sistema analógico de comunicação, o receptor desconhece a forma de onda do sinal transmitido e, por isso, ele não tem como saber se o sinal que está recebendo sofreu deformações relevantes.
- 75 A figura que se segue está relacionada à transmissão digital.



Considerando que a modulação desempenha papel importante nos sistemas de telecomunicação, julgue os itens que se seguem.

- 76 A modulação é o processo por meio do qual sinais acústicos, imagens e outros tipos de informação são convertidos em sinais elétricos.
- 77 O processo de modulação permite que se posicione um sinal de informação em uma faixa de frequência mais apropriada ou que esteja disponível para a transmissão desse sinal através de um dado meio de transmissão.
- 78 Uma desvantagem do uso da modulação é que ela torna a transmissão da informação mais suscetível aos efeitos danosos dos ruídos e interferências existentes no meio de transmissão.
- 79 No processo de modulação, um sinal denominado portadora é alterado pela informação a ser transmitida. Na modulação de onda contínua, a portadora é uma onda senoidal; na modulação de pulsos, ela é um trem de pulsos.
- 80 A modulação de pulsos é utilizada, atualmente, na transmissão de voz em banda básica entre os telefones e as centrais telefônicas.

